



A Importância da Representatividade para a Criança Negra

The Importance of Representativity for Black Children

Scheila Mariani Rocha da Silva

Resumo: Este estudo apresenta reflexões acerca da importância da representatividade para a criança negra e suas implicações na construção da autoestima e da identidade. A partir de dados divulgados pela UNICEF, evidencia-se que crianças e adolescentes ainda vivem em contextos marcados por desigualdades raciais, sendo frequentemente expostas a situações de discriminação, sobretudo no ambiente escolar. Nesse contexto, destaca-se o papel da escola como espaço fundamental para a promoção da igualdade racial e para o enfrentamento do racismo, ainda que práticas discriminatórias permaneçam naturalizadas, manifestando-se por meio de piadas e brincadeiras. Defende-se que a representatividade positiva — por meio de livros, histórias, brinquedos, super-heróis, princesas e personagens negros — é essencial desde a infância, não apenas como resposta a episódios de racismo, mas como ação preventiva. Conclui-se que valorizar a cultura afrodescendente e apresentar narrativas que ultrapassem a associação exclusiva do negro à escravidão contribui significativamente para o fortalecimento da autoestima e para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Palavras-chave: representatividade; infância; educação antirracista; autoestima.

Abstract: This study presents reflections on the importance of representativity for Black children and its implications for the construction of self-esteem and identity. Based on data published by UNICEF, it highlights that children and adolescents still live in contexts marked by racial inequalities and are frequently exposed to situations of discrimination, especially in the school environment. In this context, the role of the school is emphasized as a fundamental space for the promotion of racial equality and for confronting racism, even though discriminatory practices remain naturalized, often manifesting through jokes and teasing. The study argues that positive representativity—through books, stories, toys, superheroes, princesses, and Black characters—is essential from early childhood, not only as a response to episodes of racism but also as a preventive action. It concludes that valuing Afro-descendant culture and presenting narratives that go beyond the exclusive association of Black people with slavery significantly contributes to strengthening self-esteem and to the formation of critical and socially aware individuals.

Keywords: representativity; childhood; anti-racist education; self-esteem.

INTRODUÇÃO

O conceito de representatividade diz respeito à possibilidade de indivíduos e grupos sociais terem suas identidades, experiências e valores reconhecidos e legitimados no espaço social. Trata-se de um elemento essencial para a construção do pertencimento e do reconhecimento simbólico, uma vez que a presença ou ausência de determinados grupos em contextos institucionais, culturais e midiáticos influencia diretamente a forma como são percebidos e valorizados socialmente. No campo das relações raciais, a representatividade assume um papel central,

considerando o histórico de marginalização e silenciamento da população negra ao longo da formação da sociedade brasileira.

Embora a escravidão tenha sido oficialmente abolida no Brasil em 1888, seus desdobramentos continuam a se manifestar nas estruturas sociais contemporâneas, especialmente por meio do racismo estrutural. Esse fenômeno se expressa na manutenção de desigualdades raciais no acesso a direitos fundamentais, oportunidades educacionais e espaços de poder. A população negra permanece sub-representada em cargos de decisão política, em posições de destaque econômico e nos meios de comunicação, além de frequentemente ser retratada a partir de estereótipos negativos ou de forma invisibilizada nas narrativas sociais dominantes.

Tal contexto impacta de maneira significativa o processo de construção da identidade de crianças negras, sobretudo durante a infância, etapa fundamental para o desenvolvimento da autoestima, do senso de pertencimento e da identidade social. A ausência de referências positivas relacionadas à negritude, aliada à vivência recorrente de práticas discriminatórias, contribui para a internalização de sentimentos de inferioridade e para a negação da própria identidade racial. Dados divulgados por organismos internacionais, como a UNICEF, indicam que crianças e adolescentes negros estão mais suscetíveis a situações de discriminação racial em diferentes contextos sociais, com destaque para o ambiente escolar.

As experiências de racismo no espaço escolar podem comprometer o desenvolvimento emocional, psicológico e social dos estudantes, interferindo negativamente em seu desempenho acadêmico e em suas relações interpessoais. Diante desse cenário, a escola assume um papel estratégico enquanto espaço de formação cidadã e de promoção da igualdade social. Ao incorporar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam representações positivas da população negra, a instituição escolar pode contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos. Assim, a discussão sobre a representatividade negra desde a infância

RACISMO, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

O racismo constitui um fenômeno histórico, social e estrutural que atravessa a formação da sociedade brasileira, influenciando de maneira direta as relações interpessoais, as instituições e os processos educativos. Suas manifestações não se restringem a atos individuais ou explícitos de discriminação, mas estão profundamente enraizadas em práticas cotidianas, discursos naturalizados e representações simbólicas que reforçam desigualdades raciais. Nesse contexto, a infância configura-se como uma etapa especialmente sensível, uma vez que é nesse período que se iniciam os processos de socialização, construção de valores e compreensão das diferenças.

Desde a primeira infância, as crianças demonstram capacidade de perceber características físicas, como a cor da pele, os traços fenotípicos e os tipos de cabelo,

atribuindo a essas diferenças significados sociais construídos a partir das interações familiares, escolares e das influências midiáticas. Ainda que não compreendam plenamente as relações de poder envolvidas, as crianças assimilam discursos e comportamentos que podem reforçar hierarquias raciais, reproduzindo preconceitos presentes no meio social.

O racismo provoca impactos profundos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, podendo gerar sentimentos de inferioridade, exclusão social e desvalorização cultural. Tais experiências, quando não mediadas de forma adequada por adultos e educadores, contribuem para a naturalização de estereótipos raciais (UNICEF, 2019).

A exposição recorrente a práticas discriminatórias contribui para a naturalização de estereótipos raciais, tornando o racismo uma experiência cotidiana e, muitas vezes, invisibilizada no ambiente escolar. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e formação cidadã, desempenha papel fundamental no enfrentamento do racismo e na promoção da igualdade racial. Contudo, práticas discriminatórias ainda se fazem presentes no cotidiano escolar, frequentemente disfarçadas sob a forma de brincadeiras, apelidos e piadas, o que contribui para a reprodução de hierarquias raciais e para a banalização do preconceito. Diante disso, torna-se imprescindível que a educação antirracista seja compreendida como um compromisso pedagógico contínuo, sistemático e preventivo, e não apenas como uma resposta pontual a episódios de discriminação. Ao assumir uma postura crítica e intencional, a escola pode atuar como agente de transformação social, promovendo o respeito à diversidade e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Historicamente, os padrões de beleza, inteligência e humanidade socialmente valorizados foram construídos a partir da branquitude, estabelecendo-se como referência normativa na sociedade brasileira. Esse modelo hegemônico contribuiu para a marginalização simbólica da população negra, promovendo processos de invisibilização e desvalorização de suas identidades, culturas e experiências. No campo da literatura, do cinema e das narrativas infantis, a predominância de personagens brancos em papéis centrais reforça essa lógica excludente, ao passo que a escassa presença de personagens negros em posições de protagonismo contribui para a construção de uma autoimagem negativa entre crianças negras. Segundo Gomes (2012):

Destaca que os processos identitários são construídos de forma gradual e relacional, a partir das interações estabelecidas nos diferentes espaços sociais, como a família, a escola e os meios de comunicação. Nesse sentido, a presença de referenciais

positivos durante a infância torna-se fundamental para o fortalecimento da identidade e da autoestima das crianças negras. A representatividade positiva possibilita que essas crianças se reconheçam em narrativas valorizadas socialmente, rompendo com estereótipos e ampliando as possibilidades de pertencimento e reconhecimento.

Quando crianças são expostas predominantemente a histórias em que personagens brancos ocupam posições de destaque, enquanto personagens negros são retratados de maneira secundária ou estigmatizada, reforça-se, de forma implícita, a ideia de hierarquia racial e desigualdade social. Conforme aponta Cavalleiro (2001), a ausência de uma abordagem crítica sobre as relações raciais no contexto educativo contribui para a naturalização do racismo desde a infância, tornando-o parte do cotidiano escolar e social. Em contrapartida, a valorização da cultura afrodescendente e a presença de protagonistas negros em narrativas infantis possibilitam a construção de uma percepção mais justa, plural e democrática da sociedade, beneficiando não apenas crianças negras, mas todas as crianças ao promover o respeito à diversidade étnico-racial.

AUTOESTIMA DA CRIANÇA NEGRA

A formação da autoestima da criança negra está diretamente relacionada às experiências vivenciadas nos diferentes espaços educativos, especialmente no ambiente escolar, onde ocorrem interações sociais significativas para a construção da identidade. Um currículo escolar eurocentrado, que retrata a população negra de forma restrita ou exclusivamente associada ao período da escravidão, limita as possibilidades de identificação positiva e desconsidera as contribuições históricas, culturais, sociais e científicas dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira.

Conforme apontam Conceição e Conceição (2010), a escola deve atuar como mediadora no processo de construção de referenciais identitários positivos, oferecendo às crianças modelos diversos de vida, beleza, sucesso e pertencimento social. Para que isso ocorra de maneira efetiva, torna-se necessário que educadores estejam preparados para revisar criticamente suas práticas pedagógicas, os materiais didáticos utilizados e as metodologias de ensino, de modo a promover uma educação inclusiva, plural e comprometida com o enfrentamento do racismo.

A Lei nº 10.639/2003 representa um avanço significativo nesse processo, ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino. Essa legislação contribui para a valorização da identidade negra, para o reconhecimento da diversidade cultural do país e para a promoção da igualdade racial no ambiente escolar, quando efetivamente implementada de forma crítica e contínua. Nesse contexto, o uso de livros infantis com protagonistas negros, brinquedos representativos e atividades pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial torna-se fundamental para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento das crianças negras. Tais

práticas possibilitam a construção de uma autoimagem positiva, favorecendo o desenvolvimento emocional e social das crianças e contribuindo para a formação de sujeitos conscientes de sua identidade e de seu valor social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apartir desta pesquisa inicial sobre o tema “A importância da representatividade para a criança negra”, foi possível compreender que a representatividade exerce um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças negras, especialmente no que diz respeito à construção da identidade, da autoestima e do sentimento de pertencimento social. Evidencia-se que a presença de referências positivas nos espaços educativos, culturais e sociais contribui significativamente para a valorização das características individuais e coletivas, possibilitando um desenvolvimento pessoal livre de estigmas, estereótipos e rotulações que historicamente inferiorizam a população negra.

Falar sobre representatividade negra desde a infância revela-se, portanto, uma necessidade urgente e inadiável. O silêncio ou a negligência diante das questões raciais reforça desigualdades e legitima práticas discriminatórias que afetam profundamente crianças em processo de formação. O debate sobre o racismo na infância deve ser tratado com seriedade, uma vez que atitudes frequentemente minimizadas como “brincadeiras de criança” podem causar danos emocionais significativos, comprometendo a autoestima e a percepção de valor pessoal dessas crianças.

Nesse contexto, a escola assume papel central como espaço de socialização, aprendizagem e transformação social. Torna-se imprescindível que instituições de ensino e profissionais da educação estejam preparados para enfrentar o racismo de forma crítica e intencional, promovendo mudanças efetivas no currículo, nas metodologias de ensino e nos materiais pedagógicos utilizados. A adoção de práticas educativas antirracistas, alinhadas à valorização da diversidade étnico-racial, contribui não apenas para o fortalecimento da identidade da criança negra, mas também para a formação de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

Dessa forma, conclui-se que a representatividade não deve ser compreendida como um elemento secundário, mas como um eixo estruturante da educação comprometida com os direitos humanos e com a equidade racial, sendo fundamental para o desenvolvimento saudável de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eunice. **Racismo e escola: reflexões sobre a educação antirracista**. São Paulo: Cortez, 2001.

CONCEIÇÃO, Maria A.; CONCEIÇÃO, Ana P. **Educação, identidade e diversidade: estratégias pedagógicas para uma escola inclusiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **A construção da identidade racial na infância:** representatividade e autoestima. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade e cidadania. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

UNICEF. **Discriminação racial na infância:** impactos e estratégias de enfrentamento. Brasília: UNICEF Brasil, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

SOUZA, Neuza Santos. **Tronar-se Negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1983.